

Editorial

Esta edição da Revista *Em Pauta*. Teoria Social e Realidade Contemporânea, segue com a prática de editoria convidada para a organização de dossiês temáticos, dentro do fluxo editorial da revista. Assim, o número 45, *Questão Étnico-Racial e Antirracismo*, foi organizado pelas professoras Ana Paula Procopio da Silva, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro, e Magali da Silva Almeida, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, ambas com trajetória acadêmica e militância antirracista.

As relações raciais constituem uma temática de pesquisa nas áreas de Serviço Social, Ciências Sociais e Humanas ainda por ganhar profundidade e, portanto, é de imensa proficuidade que um periódico de qualidade acadêmica e científica atue como incentivador e difusor do pensamento social crítico necessário para avançarmos à uma sociedade antirracista e anti-capitalista.

Um dos objetivos desse número especial é proporcionar a difusão de pesquisas e reflexões contemporâneas sobre as relações raciais e sua articulação com os processos sociais e políticos constitutivos do neoliberalismo, suas expressões materiais, assim como o rebatimento das múltiplas determinações do racismo estrutural na sociedade brasileira. Para tal, uma iniciativa importante desse dossiê foi o fortalecimento de uma rede nacional e internacional de pesquisadoras(es) negras(os) e não negros comprometidas/os com o enfrentamento das iniquidades raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Nessa sequência, pretendemos ainda contribuir para a politização do enfrentamento ao racismo, na sua forma específica de naturalização da vida social, o que requer sua contextualização como questão racial nas relações sociais e a difusão de conhecimentos que desvendem criticamente suas origens históricas. O que significa apreender a dimensão de antinegritude em sua composição, donde nos defrontamos com reflexões instigantes no artigo *Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade*, de João H. Costa Vargas. Crermos o racismo como uma questão fundacional da sociedade brasileira requer ainda uma abordagem a partir da racialização das relações sociais que estrutura todas as dimensões da vida social. Desse ponto de vista, o fenômeno social “guerra às drogas” problematizado nos textos *O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista*, de Lucia Cristina dos Santos Rosa e Thaís de Andrade Alves Guimarães e *Guerra às drogas?* por Daniela Ferrugem, remetem ao fato de que a necropolítica instituída pelo Estado nas periferias tem como alvo corpos negros e jovens.

No Brasil a escravidão excede o colonialismo, visto que em 07 de setembro de 1822, a Independência formal realizada pelo príncipe herdeiro

da coroa portuguesa, nos tornou Império sem destituir a escravidão como modo de produção central, expressão da particularidade do escravismo brasileiro. A abolição como ato institucional sobrechegou somente em 13 de maio de 1888 e no ano seguinte a República foi então proclamada. Independência, Abolição e República transcorreram em datas diferentes, mas fazem parte de processos articulados que desembocaram numa sociedade racista, latifundiária, classista e de capitalismo dependente. Nessa direção, entendemos que a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado é o desdobramento de processos que são dinamizados a partir de 1850 para o decréscimo da mão de obra escravizada no conjunto da economia nacional que, segundo o sociólogo Clóvis Moura, seu conjunto passou de 2.500.00 para 723.419 em 1887. Por outro lado, em 1882 o número de indivíduos desocupados era 2.822.583 e somava quase o dobro de trabalhadores livres contabilizados, que eram de 1.433.170. Essa grande população desocupada era exatamente aquela que saída das senzalas não foi incorporada aos novos processos de trabalho. Foi, portanto, uma substituição a curto prazo que se estava fazendo no conjunto da economia brasileira, não apenas nas suas relações de produção, mas do próprio tipo de trabalhador(a), de escravizado(a) negro(a) para assalariado branco(a) e imigrante. Esses e outros aspectos do debate sobre a exploração do trabalho no Brasil são abordados por Gustavo Fagundes no artigo *O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro*.

Infâncias e famílias negras são os temas dos textos: *Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo*, de Marcia Campos Eurico e *Repensando a circulação e a adoção de crianças negras na família brasileira*, de Vanessa Cristina dos Santos Saraiva. Os dois artigos, de forma inequívoca, refletem sobre a importância do enfrentamento da visão racializada da família e criança negras pelo Estado Brasileiro e seus agentes, cujas políticas sociais em seus primórdios foram marcadas por higienismo e eugenia, ideologias que estruturaram as relações sociais com perversos efeitos materiais e subjetivos nas vidas negras, cujos desdobramentos refletem ainda nos dias atuais, bem como nas suas estratégias de resistências, em diferentes conjunturas, que tendem a ser controladas e/ou punidas através de políticas de controle do corpo ou de morte. Nos trazem elementos para refletir sobre o impacto do racismo nas infâncias e nas famílias através da abordagem interseccional e demonstram como essas estratégias são destituídas de qualquer caráter de proteção sendo determinadas pela violência de Estado na dinâmica capitalista.

São premissas que nos demandam reflexões profundas na direção de uma ética cada vez mais comprometida com a desnaturalização das relações sociais de gênero, raça, classe e geração ao identificar como as expressões do patriarcado e do conservadorismo se conectam com o racismo para justificar a desigualdade social. Por outro lado, impelem à problematização do estatuto de marginalidade que o debate das relações étnico-raciais e dos

privilégios da branquitude ainda possui na área do Serviço Social e a relação intrínseca entre a centralidade do antirracismo com o projeto ético-político profissional orientado pela defesa intransigente dos direitos humanos.

A saúde mental é abordada nos artigos: *Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura* de Elizete Menegat, Marco José Oliveira Duarte e Vanessa Ferreira e *Mulheres negras, sofrimento e o cuidado colonial*, de Rachel Gouveia Passos. No primeiro, a indissociável transversalidade entre cidade, cidadania e capitalismo para pensar a racialização da loucura, ou seja, a vivacidade das expressões da questão social que a envolvem e o lugar desta nos territórios racializados, na ocupação dos espaços da cidade. O segundo, problematiza o cuidado, sob a perspectiva de gênero e raça, nos espaços sócio-ocupacionais onde as práticas desenvolvidas encobrem a punição e o extermínio.

Na sequência, os impactos da reforma previdenciária em uma sociedade racista e economicamente desigual cuja lógica discriminatória é materialmente expressa pelas formas organizativas e de distribuição da riqueza socialmente produzida são debatidos no texto *...para depois dividir. Notas Sobre Reforma Previdenciária e Assimetrias Raciais no Brasil* de Marcelo Paixão e Mario Theodoro.

A igualdade racial é abordada através de discussões sobre iniciativas do Estado e seus desafios no texto *Política de igualdade racial na realidade cearense*, pela professora e assistente social Maria Zelma Madeira, que trata de sua experiência de gestão pública à frente da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Ceará. Também são referidas reflexões em torno de políticas valorativas e sua incorporação para uma formação antirracista por Aline Batista de Paula em *Serviço social, educação e racismo: uma articulação necessária*. As ações afirmativas no ensino universitário são temas dos artigos: *Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social*, de Érica Mendonça e Maria Aranha, e *A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual*, de Carina Pinheiro e Maria Soares. E as iniciativas da sociedade civil para qualificação cidadã do acesso ao ensino superior são apresentados no artigo *O papel protagonista do pré-vestibular para negros e carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira*, de Andréia Clapp Salvador.

Por fim, o artigo *Formação profissional e debate sobre a questão racial no curso de Serviço Social da UnB: percepção das/os formandas/os e egressas/os do curso* de Dyana Helena de Souza e Lucélia Luiz Pereira traz a pesquisa realizada acerca da percepção das/os estudantes sobre a incorporação da questão racial na formação profissional propondo sua transversalização em todas as disciplinas do curso.

Os trabalhos apresentam dimensões diversas da vida social, desde a ontologia racial da antinegritude desenhada na modernidade até a formação social brasileira, sua organização racial do trabalho e as iniquidades raciais

demonstradas nas políticas sociais, com enfoque na saúde, previdência, educação superior e gestão pública.

A seção *Mostra Fotográfica*, intitulada *Notas sobre dez fotografias de Tetê Silva, as imagens e nós*, de Tete e Marcelo Carvalho traz fotos potentes de corpos negros em seus diversos movimentos de ocupação da cidade.

A *Homenagem de Vida* escrita por Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves, professora da Unifesp, apresenta reverências à assistente social, docente e feminista Maria Isabel de Assis, Mabel Assis, *in memoriam*, companheira que atuou em defesa dos direitos das mulheres negras periféricas com um olhar para a sua invisibilidade, por não aceitar a naturalização das iniquidades raciais e de gênero.

O professor Silvío Almeida na entrevista concedida às professoras Valdenice José Raimundo, da Universidade Católica de Pernambuco e Dilma Franklin de Jesus, presidente do CRESS Bahia, nos instiga a questionar o racismo e ir ao encontro de uma nova ontologia de superação dos limites do pensamento racializado hegemônico, legado da modernidade, e construir novas possibilidades de humanidade para além da raça e mesmo do antirracismo.

Por último, apresentamos as resenhas dos livros *A nova segregação*, por Joãoilson Santana Marques Jr., e *O que é racismo estrutural?* por Diego da Conceição Piedade.

Os textos deste número temático trazem um retrato do que o racismo produz na história da diáspora, problemáticas que não são novas na agenda dos movimentos sociais negros. Movimentos de rebeliões das senzalas, quilombos, insurreições, guerrilhas, irmandades negras, comunidades de terreiros que confrontaram o colonialismo e a escravidão e, posteriormente, na república, foram incorporados como pautas institucionais na luta por direitos sociais e, contemporaneamente, pelo direito à vida.

Este Comitê Editorial convoca: À luta! Pois, não temos nada a perder, senão a vida que já nos retiram a cada morte anunciada e em cada medo de morrer...

Editoras Convidadas:

Ana Paula Procopio da Silva (FSS/UERJ)

Magali da Silva Almeida (UFBA)

Comitê Editorial

DOI: 10.12957/rep.2020.47179



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Editorial

This issue of the journal *Em Pauta – Social Theory and Contemporary Reality*, continues with the practice of inviting guest editors for the organization of thematic dossiers. Thus, the 45th issue, *Ethnic-Racial Question and Anti-Racism*, was organized by Ana Paula Procopio da Silva, from the State University of Rio de Janeiro's School of Social Work, and Magali da Silva Almeida, from the Federal University of Bahia's Graduate Program in Social Work, both with a background in the academy and anti-racist militancy.

Racial relations constitute a research theme in the areas of social work, social sciences, and humanities yet to gain depth and, therefore, it is undoubtedly appropriate that an academic and scientific journal of quality acts as an encourager and diffuser of the critical social thought necessary to advance towards an anti-racist and anti-capitalist society.

One of the aims of this special issue is to promote contemporary research and reflections on race relations and their articulation with the social and political processes constituting neoliberalism, its material expressions, as well as the multiple determinations of structural racism in Brazilian society. To this end, an important initiative of this dossier was the strengthening of a national and international network of black and non-black researchers committed to facing racial inequalities in Brazil and the United States. In this way, we also intend to contribute to the politicization of the confrontation with racism, in its specific form of naturalization of social life, which requires its contextualization as a racial issue in social relations and the dissemination of knowledge that unveils its historical origins critically. That means to apprehend the dimension of anti-blackness in its composition, where we are confronted with thought-provoking reflections in the article *Racism does not suffice: anti-blackness, the defining social and ontological dynamic of modernity*, by João H. Costa Vargas. Believing racism is a foundational issue of Brazilian society still requires an approach based on the racialization of social relations that structures all dimensions of social life. From this point of view, the social phenomenon of "war on drugs" problematized in the articles *Brazilian prohibitionist policy's racism: harm reduction as an anti-racist antidote*, by Lucia Cristina dos Santos Rosa and Thais de Andrade Alves Guimarães, and *War on drugs?* by Daniela Ferrugem, refer to the fact that the necropolitics instituted by the state in the peripheries targets black and young bodies.

In Brazil, slavery goes beyond colonialism, since on September 7, 1822 formal independence granted by the crown prince of Portugal made us an empire without eliminating slavery as a central mode of production,

an expression of the particular case of Brazilian slavery. Abolition as an institutional act came to an end only on May 13, 1888 and the following year the Republic was proclaimed. Independence, Abolition and the Republic took place on different dates, but they are part of the articulated process that led to a racist, landowner-centered, classist, and dependent capitalist society. In this sense, we understand that the transition from slave to wage labor is the unfolding of processes that are dynamized from 1850 to decrease the numbers of the enslaved labor force in the national economy as a whole, which, according to sociologist Clóvis Moura, went from 2,500,000 to 723,419 in 1887. On the other hand, in 1882, the number of unemployed individuals was 2,822,583 and amounted to almost double the number of free workers counted, which were 1,433,170. This large unoccupied population was exactly the one that left the slave quarters and was not incorporated into the new labor processes. It was, therefore, a short-term substitution that was being made in the Brazilian economy as a whole, not only in its relations of production, but also in the type of worker itself, from black enslaved to white and immigrant wage earners. These and other aspects of the debate about the exploitation of labor in Brazil are addressed by Gustavo Fagundes in the article *Racism in the Brazilian case and the roots of the overexploitation of the black proletariat*.

Black childhoods and families are the themes of the articles: *Weaving the threads of a childhood without racism*, by Marcia Campos Eurico, and *Rethinking the circulation and adoption of black children in the Brazilian family*, by Vanessa Cristina dos Santos Saraiva. Both articles unequivocally reflect on the importance of confronting the racialized view of the Brazilian State and its agents on black families and children, whose social policies in their early days were marked by hygienism and eugenics, ideologies that structured social relations with perverse effects on black lives, both material and subjective, that have their consequences still felt today in resistance strategies, in different conjunctures, which tend to be controlled and/or punished through body control or death policies. The articles bring us elements to reflect on the impact of racism on childhoods and families through an intersectional approach and demonstrate how these strategies are devoid of any protective character, being determined by state violence in the capitalist dynamic.

These are premises that demand deep reflection in the direction of an ethics increasingly committed to the denaturalization of social relations of gender, race, class, and generation by identifying how the expressions of patriarchy and conservatism connect with racism to justify social inequality. On the other hand, they drive us to the problematization of the marginal status the debates on ethnic-racial relations and whiteness privileges still have in social work, and the intrinsic relationship between the centrality of anti-racism and the uncompromising defense of human rights orienting the ethical-political professional project of the field.

Mental health is addressed in the articles: *The new open sky asylums: city, racism, and madness* by Elizete Menegat, Marco José Oliveira Duarte, and Vanessa Ferreira; and *Black women, suffering, and colonial care*, by Rachel Gouveia Passos. The first approaches the inseparable transversality between city, citizenship, and capitalism to reflect on the racialization of madness, that is, the liveliness of the expressions surrounding it and its place in racialized territories, in the occupation of the city spaces. The second problematizes care, from the perspective of gender and race, in the socio-occupational spaces where the practices conceal punishment and extermination.

Next, the impact of social security reform on a racist and economically unequal society whose discriminatory logic is materially expressed by forms of organizing and distributing socially produced wealth is debated in the article *...and then we divide: notes on the Social Welfare Pension Reform and racial asymmetries in Brazil* by Marcelo Paixão and Mario Theodoro.

Racial equality is addressed through discussions on state initiatives and their challenges in the text *Racial equality policy in Ceará, Brazil*, by teacher and social worker Maria Zelma Madeira, who deals with her public administration experience as the Secretary for Promotion of Racial Equality in the Brazilian state of Ceará. There are also reflections on valuing policies and their incorporation into an anti-racist formation in Aline Batista de Paula's article *Social work, education and racism: a necessary articulation*. Affirmative action in higher education is the theme of the articles: *Racial admission quota policy: instrument for the promotion of equity and social justice*, by Érica Mendonça and Maria Aranha; and *Universities' admission quotas in danger: the current social setback*, by Carina Pinheiro e Maria Soares. The initiatives of civil society for citizen qualification and access to higher education are presented in the article *The leading role of cram schools for blacks and poor people (PVNC) in affirmative policies – the experience of Brazilian higher education*, by Andréia Clapp Salvador.

Finally, the article *Professional training and debate on racial issues in the social work course at the University of Brasília: perception of graduates and alumni*, by Dyana Helena de Souza and Lucélia Luiz Pereira, presents their research on the perception of students concerning the presence of the racial question in a professional formation proposing its transversalization in all course subjects.

The articles present different dimensions of social life, from the racial ontology of anti-blackness designed in modernity to the Brazilian social formation, its racial organization of work, and the racial inequities demonstrated in social policies, focusing on health, social security, higher education, and public administration.

The *Photographic Exhibit* section, entitled *Notes on ten photographs by Tetê Silva, the images and us*, from Tetê Silva and Marcelo Carvalho, brings powerful photos of black bodies in various movements of occupation of the city.

The *Life Tribute* written by Magali da Silva Almeida and Unifesp's Renata Gonçalves, pays respect to the social worker, teacher, and feminist Maria Isabel de Assis, known as Mabel Assis, *in memoriam*, a partner who worked to defend the rights of peripheral black women while paying attention to their social invisibility, for not accepting the naturalization of racial and gender inequities.

In an interview with Catholic University of Pernambuco's Valdenice José Raimundo and Dilma Franclin de Jesus, president of CRESS Bahia, Professor Silvio Almeida urges us to question racism and find a new ontology to overcome the limits of racialized thinking, the hegemonic legacy of modernity, and build new possibilities for humanity beyond race and even anti-racism.

Lastly, we present reviews of the books *A nova segregação*, by Joãoilson Santana Marques Jr., and *O que é racismo estrutural?* by Diego da Conceição Piedade.

The texts of this thematic issue paint a picture of what racism produces through the history of African diaspora, issues that are not new to the agenda of black social movements. Rebellion movements of the slave quarters, quilombos, insurrections, guerrillas, black brotherhoods, communities of terreiros that confronted colonialism and slavery and later in the republic were incorporated to institutional guidelines in the struggle for social rights and, contemporaneously, for the right to life.

This Editorial Team calls everyone to fight! For we have nothing to lose but the life that is already taken with each announced death and each time we are afraid of dying...

Guest Editors:

Ana Paula Procopio da Silva (FSS/UERJ)

Magali da Silva Almeida (UFBA)

Editorial Team

DOI: 10.12957/rep.2020.47179



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.